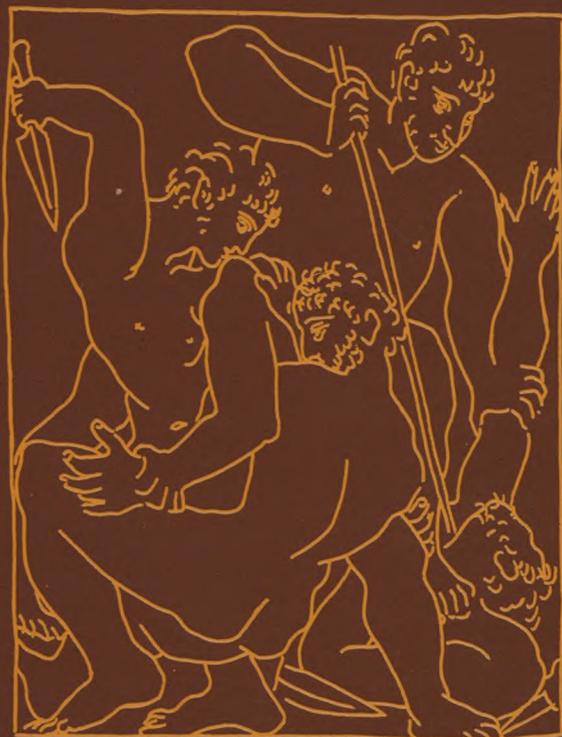


REVISTA DE HISTÓRIA DAS IDEIAS 7

REVOLTAS e REVOLUÇÕES



INSTITUTO DE HISTÓRIA E TEORIA DAS IDEIAS
FACULDADE DE LETRAS

COIMBRA 1985

O ESPAÇO NA REVOLUÇÃO REPUBLICANA DE 1910

1. *O espaço e as práticas sociais*

As actuações humanas e sociais servem-se do espaço na medida em que este pode assumir funções distintas mas pode, também, expressar valores simbólicos diversos.

O espaço é suporte de determinados modos de uso, registando mudanças em correlação com as transformações das respectivas formações sociais. Se o espaço é, numa primeira aproximação, um suporte de actividades económicas e de relações sociais, ele constitui também um repositório de formas que se ligam às relações de poder, registando, por conseguinte, valores ideológicos.

Os espaços, por serem suportes de sociedades e produtos dessas mesmas sociedades, encerram ao mesmo tempo práticas espaciais, representações do espaço e espaços de representação 0).

«A prática espacial de uma sociedade segrega o seu espaço; põe e supõe-no, numa interacção dialéctica: produ-lo lenta e seguramente dominando-o, apropriando-se dele.... A prática espacial de uma sociedade descobre decifrando o seu espaço» (2).

Todos os espaços são, pela sua natureza social, concebidos. Daí as representações do espaço, isto é, o espaço concebido, o dos sábios, dos planificadores, dos urbanistas, dos tecnocratas, dos militares, enfim, dos estrategas. *

* Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

C) H. Lefèbvre, *La production de l'espace*, Paris, 1974, p. 48.

(^a) *Idem, idem.*

Revoltas e Revoluções

Por último, o espaço é também vivido através das imagens e símbolos que o acompanham, ou seja, os espaços de representação.

Estas três componentes do espaço surgem-nos no quotidiano das sociedades e, especificamente nos espaços urbanos, reflectindo relações de ordem/desordem e de consenso/conflito. O espaço configura-se, portanto, de acordo com a estrutura social que o domina, que o produz e se apropria dele, inscrevendo nele uma territorialidade.

Há alturas em que o espaço, por períodos de maior ou de menor duração, pode dividir-se, desenhando-se formas de intervenção espacial em termos de relações de poder de conflito aberto. Nestas situações, de conflito armado, como revoluções, guerras civis, etc., produzem-se confrontos pela apropriação de um espaço, por parte de dois grupos sociais antagónicos os quais desejam impor sobre ele dois tipos de relações sociais incompatíveis entre si, ou pelo menos idealizadas como tal. Os centros de decisão, os lugares do poder até então dominantes são o alvo principal de tal confronto. Por isso, luta-se pela dominação de um espaço, o território da capital, onde cada uma das forças em conflito se confronta por diferentes formas de estruturação e de legitimação do poder.

O espaço em disputa, além de ser um espaço físico, isto é, de revelar uma forma espacial, é também um espaço social, reproduzindo modos de conhecimento e comportamento diferentes. Este torna-se legível pelo desenrolar dos acontecimentos, evidenciados sobretudo, pelas formas de comportamento das forças em confronto. Por outro lado, este espaço expressa também, por várias formas, as práticas espaciais, nas acções concretas, as representações do espaço, nas estratégias de conquista/defesa do poder, e os espaços de representação, nos lugares simbólicos do poder e nos lugares criados pelo confronto.

Os espaços como registo do tempo das sociedades, não pode ser tomado como um conceito apriorístico. Nesse sentido, cada espaço é ao mesmo tempo, absoluto e relativo. Absoluto, porque encerra formas pré-estabelecidas, tanto naturais, como técnicas ou políticas. Revela uma configuração de relevo, uma construção de vias e obstáculos que, por exemplo, a forma urbana bem evidencia, inscreve um desenho político do território. Mas é, também, relativo, porque produto de mudanças resultantes das relações sociais, isto é, do exercício do poder das tensões sociais e representações espaciais que nele se processam e registam.

Revolução Republicana de 1910

Numa situação de confronto o valor de um espaço varia conforme o desenrolar das acções, daí que cada momento se defina pelos espaços em jogo, e que, além disso, confira o valor a esses espaços. É este valor apenas se verá quando tomados os fenómenos numa visão global. Como refere D. Harvey, «o espaço pode considerar-se como relativo também noutro sentido e, escolhi para ele a expressão e espaço relacional, isto é, o espaço considerado, à maneira de Leibniz, como algo contido nos objectos no sentido em que se diz que um objecto existe só na medida em que contém no seu interior e representa relações com outros objectos» (3).

Mas estes modos de problematizar a questão do espaço terão de ser postos ao mesmo tempo numa totalidade e numa temporalidade.

Assim, «o espaço não é *em si mesmo* nem absoluto, nem relacional, mas pode chegar a ser cada uma destas coisas ou todas ao mesmo tempo segundo as circunstâncias» (4). A sua determinação será definida pelas práticas sociais, que são também práticas espaciais. As revoluções ensinam-nos a *ler* o espaço, assim como o espaço nos ensina a *reler* as revoluções.

2. A cidade de uma revolução

No começo do século, a cidade de Lisboa atravessava uma grande transformação. O seu suporte ecológico começava a perder o sentido que tivera durante séculos. O casario deixava de «olhar para o rio», e espraiava-se, não como dantes dominantemente pelas zonas ribeirinhas, mas por terra dentro muito para além do Passeio Público, «levado» por novas formas de construção e de comunicação, e pelo incremento do mercado fundiário.

Nos finais do século XIX, algumas reformas administrativas e urbanísticas, estas incidindo sobretudo em criar um equipamento viário moderno e adequado a um tempo e a uma imagem de capital, foram levadas a cabo, por força do próprio, apesar de mitigado, capital. A população da cidade engrossava pondo novos problemas, transformando os meios sociais originais. Em 1864, a população de Lisboa rondava os 160 mil habitantes, para cerca de um quarto de século depois, em 1890, quase duplicar.

O D. Harvey, *Social Justice in the City*, London, 1973, versão esp. *Urbanismo y Desigualdad Social*, 1978, p. 6.

(4) *Idem*, p. 6.

Revoltas e Revoluções

Mas não era só a cidade que crescia. Em redor fixava-se também população. «Nos cinquenta anos compreendidos entre o primeiro Recenseamento Geral da População (1864) e o de 1911, a cidade e o seu termo mais próximo passam de 197 650 almas para 434 500» (5). E a cidade só por si, entre 1900 e 1911 passa de 357 000 para 434 500 habitantes.

Este crescimento significa uma transformação da cidade, originando uma densificação, uma extensão e uma diferenciação espacial nos modos de uso do solo. Atravessava-se então uma fase de industrialização, acrescida pelos seus correlatos de formação e crescimento *do* operariado urbano. Os estudos de M. Villaverde Cabral e Carlos da Fonseca trazem-nos, cada um à sua maneira, contributos importantes para esta problemática (6).

Naquilo que concerne à forma urbana, especialmente à sua extensão, a cidade de Lisboa estendia-se então dentro de um perímetro confinado pela estrada de circunvalação entre Alcântara a Oeste e Cruz da Pedra a Este. Este perímetro desenhava um semicírculo balizado pelo Tejo, seguindo pelas alturas de Buenos Aires e Campolide, S. Sebastião da Pedreira, Alto de S. João e Cruz da Pedra. Este perímetro, com cerca de 8,5 km, transbordava para Este para Xabregas, Marvila, Beato e, para Oeste, por Belém, até Algés, formando subúrbios ribeirinhos.

Por esta altura, a oposição de tipo social entre os subúrbios do lado oriental, mais populares e os do lado ocidental, mais burgueses, consumava-se, apesar da ocorrência de algumas situações de excepção, como era o caso de Alcântara. Os bairros mais populosos eram, contudo, ainda, os da beira-rio e das colinas que a dominam. Para Norte, surgiam, por essa época, os bairros da nova extensão de Lisboa, as Avenidas, com as suas longas ruas ladeadas de casas e jardins, área residencial da burguesia endinheirada. F. de Almeida refere-se-lhe como os «bairros novos onde têm residência as famílias mais ricas, nas largas avenidas arborizadas e ladeadas de palácios e prédios de aluguer de renda cara» (7).

A vida social da Lisboa de então denotava já uma separação sócio-espacial, entre a sociedade burguesa e as classes

(5) Raquel Soeiro de Brito, *Lisboa, Esboço Geográfico*, Lisboa, 1973.

(6) Carlos da Fonseca, *História do Movimento Operário e das Ideias Socialistas em Portugal*, Lisboa, 1982; M. Villaverde Cabral, *O Operariado nas Vésperas da República (1909-1910)*, Lisboa, 1977; *Idem, Portugal na Alvorada do Século XX*, Lisboa, 1979.

O Jacinto Baptista, *O Cinco de Outubro*, Lisboa, 1960, p. 61.

Revolução Republicana de 1910

populares. Aquela repartia-se no seu quotidiano entre o centro de negócios e social, a Baixa, o Chiado e o Passeio Público e os bairros residenciais mais burgueses, especialmente, a área ribeirinha ocidental, os altos de Buenos Aires e as Avenidas da nova extensão de Lisboa. Para ocidente, nas Necessidades e na Ajuda, ficavam os Palácios Reais. Por seu lado, as classes populares, repartiam-se entre o trabalho e a residência: nas actividades de comércio e pequenas indústrias na Baixa; no trabalho portuário e nas indústrias em expansão nos subúrbios, Xabregas, Marvila, Alcântara. Os bairros antigos do Castelo, Alfama e Bairro Alto, eram áreas residenciais e de pequenos ofícios. A «Baixa» era ainda o centro de serviços onde se concentravam as repartições, os bancos, os ministérios, os escritórios, os consultórios médicos e os comércios. Esta além de ser o centro da vida comercial e social era ainda uma área residencial importante (8).

Mas falar de uma cidade capital importa referir a disposição do seu aparelho defensivo militar e policial. Esta referência torna-se necessária tanto pelo tema em estudo, como porque lugar central do poder, uma capital concentra, salvo raras excepções, além da superestrutura político-administrativa, a superestrutura de defesa do território.

Constituíam, nos finais da primeira década do séc. XX, a organização militar de Lisboa a primeira divisão militar, unidades da marinha e forças policiais, em especial a Guarda Municipal. A 1.ª Divisão Militar era formada pelas tropas de linha de Infantaria 1, 2, 5 e 16, Caçadores 2 e 5, Artilharia 1, baterias de Queluz, regimentos de Cavalaria 4 e Lanceiros 2 e o campo entrincheirado. Além destes são de referir ainda, as forças dispersas por diversos estabelecimentos militares. Eram 4 777 os homens que formavam estas tropas de linha. Ao exército, juntavam-se as Unidades da Marinha: Arsenal, Quartel de Marinheiros e os cruzadores fundeados no Tejo, D. Carlos, S. Rafael e Adamastor. Além das forças militares, Lisboa dispunha dos corpos de forças policiais, especialmente os da Guarda Municipal e da Polícia de Segurança, com cerca de 1 200 homens cada, e a Guarda Fiscal. Ao todo Lisboa era defendida por unidades constituídas por cerca de 10 mil homens (9).

A sua disposição no território urbano configurava um semicírculo, com excepção das forças da marinha e os Regi-

(8) M. Conceição O. Marques, «Introdução ao Estudo do desenvolvimento Urbano de Lisboa — 1879-1938», *Arquitectura*, n.º 124 (1971), e 125 (1972). J. Gaspar, «A dinâmica funcional do Centro de Lisboa», *Finisterra*, XI-21 (1976) pp. 37-150.

(9) Jacinto Baptista, *Um Jornal na Revolução*, Lisboa, 1966, pp. 96-97.

Revoltas e Revoluções

mentos de Queluz e de Belém, ocupando as alturas próximas da circunvalação militar que definia a área urbana descrita. Pelo lado oriental, Caçadores 5, no Castelo, Infantaria 5, na Graça, os mais próximos da Baixa, Engenharia, aos Quatro Caminhos — a N e NE, Artilharia 1 para os lados de Campolide, Infantaria 16, em Campo de Ourique. A Oeste, Infantaria 2 e o Quartel de Marinheiros, em Alcântara e Caçadores 2, às Necessidades. Mais para ocidente, em Belém, Lanceiros 2, Cavalaria 4 e Infantaria 1, unidades que defendiam as residências reais, os Palácios da Ajuda e das Necessidades. No centro da cidade ficava, o Quartel General, em S. Domingos, o Arsenal da Marinha e o Ministério da Guerra, junto ao Terreiro do Paço e o quartel principal da Guarda Municipal, ao Carmo.

A área urbanizada de Lisboa era, então, cercada por um dispositivo militar, reforçado por outros estabelecimentos nos limites do concelho e outros em concelhos periféricos (Loures, Almada, Cascais) ⁽¹⁰⁾. Este dispositivo militar estava organizado do ponto de vista estratégico para o caso de invasão da cidade ou de revolta popular, mas que não contemplava situações de levantamentos militares, como assinala Pulido Valente. «O plano do Estado Maior não previa a possibilidade de um levantamento nas Forças Armadas. Com invulgar competência e lucidez, tratava apenas de uma insurreição civil» ⁽¹¹⁾. Mas, os planos revolucionários assentavam a sua estratégia na componente militar, e assim um levantamento inicialmente com cerca de meia centena de homens conseguiu mudar o poder.

3. *Dos passos da revolução...*

No ano de 1910, vivia-se em Portugal um período de agitação social, com uma forte agudização das lutas operárias e uma crescente agitação republicana.

Esta situação era particularmente grave em Lisboa e concelhos limítrofes, nos quais as tentativas de industrialização tinham tido maior incidência e o aumento da população urbana fora mais significativo.

Anarquismo, socialismo e republicanismo tiveram então larga difusão entre as classes populares. De modo particular a ideologia republicana, fundamentada pelas doutrinas positivis-

⁽¹⁰⁾ Carlos Ferrão (org.), *Relatórios sobre o 5 de Outubro*, Lisboa, 1978; Armando Ribeiro, *A Revolução Portuguesa*, Lisboa, s.d.

⁽¹¹⁾ V. Pulido Valente, *O Poder e o Povo: A Revolução de 1910*, Lisboa, 1974.

Revolução Republicana de 1910

tas, conseguira larga aceitação em vastas camadas da burguesia urbana.

Este estado de coisas prenunciava uma mudança no regime político, viragem onde se almejava a redenção dos males do país. A ruptura estava próxima, a revolução pairava no ar....

Quando, na noite de 3 para 4 de Outubro foi desencadeada a acção revolucionária, os primeiros objectivos foram os quartéis das forças militares e o controlo de ruas por parte de grupos civis. No que se refere ao controlo dos quartéis eram tidos como objectivos principais aqueles em que haviam sido aliados militares para uma acção revolucionária. Estavam neste caso, quase todas as unidades que se situavam em áreas de forte agitação e propaganda. As do Castelo e Graça, Caçadores 5, Infantaria 5 e Engenharia, Artilharia 1 as do sector NN da cidade, Artilharia 1 e Infantaria 16 no que concerne ao exército, o Arsenal, o Quartel de Marinheiros e os Cruzadores estacionados no Tejo, pelo que respeita à Marinha. A sorte dos levantamentos foi diversa e poucas destas unidades foram controladas pelos revolucionários. Pela banda do exército, só Infantaria 16 e Artilharia adeririam, enquanto na Marinha, embora nem tudo bem sucedido, foram controlados o Quartel de Marinheiros e os navios de guerra, com excepção do cruzador D. Carlos. Este só mais tarde, e de modo decisivo para o sucesso da acção revolucionária, aderiria.

Falhadas a maioria das acções militares, saíram à rua pela Revolução, apenas as tropas de Infantaria 16 e Artilharia 1, apoiadas por grupos civis, sob o comando dos Capitães Sá Cardoso e Pala. Uma grande parte do plano inicial tinha falhado, pois não fora possível controlar os regimentos situados próximos da Baixa. As tropas destes regimentos acabaram por irem concentrar-se, no Rossio, em torno do Quartel General, em defesa da Monarquia.

Os objectivos do plano inicial eram o Comando Geral e a Guarda Municipal, na Baixa, e o Palácio das Necessidades, a oeste. Assim, os revoltados, na rua, dividiram-se em duas colunas rumo a estes dois objectivos. Um e outro movimento de tropas acabou por fracassar pela oposição de unidades lealistas, no caso Caçadores 2 e Guarda Nacional. Assim, tanto a coluna que se dirigia às Necessidades, como ao Carmo tiveram de retroceder, assediadas, principalmente, pela Guarda Municipal. Uma coluna vinda da rua Ferreira Borges, pela rua de S. João dos Bencasados, onde se lhe juntou outra, pela rua das Amoreiras, com destino ao Largo do Rato. Prosseguiram então juntas as forças que tinham saído de Artilharia 1 pela rua Alexandre Herculano, até à Avenida e, por fim, para a Rotunda. Este movimento de recuo teve ainda alguns episódicos tiroteios no

Revoltas e Revoluções

Rato e no cruzamento da Rua Castilho. A Rotunda, que depois veio a tornar-se o foco principal da revolução, surge como um recurso. O comandante da coluna, capitão Sá Cardoso, confessa em posterior relatório, que «a posição da Rotunda foi acidental» (12).

Por seu turno, em Alcântara, sublevado o quartel de Marinheiros, saiu deste uma coluna comandada pelo tenente Parreira, para, segundo o plano, juntamente com as forças de Infantaria 16 e de Artilharia 1 atacar o Palácio das Necessidades. A menos de quinhentos metros, esbarraram com as unidades de Infantaria 1 e Cavalaria 4, que já se dispunham em defesa do Palácio Real e só escaparam a uma derrota total porque a «artilharia civil» anarquista atacou a Cavalaria 4 à bomba (13).

Tinham sido falhados os objectivos principais. As forças revolucionárias estavam então reduzidas a uns poucos focos: Rotunda, Artilharia 1, Quartel de Marinheiros e dois dos cruzadores do Tejo. «Em terra, os republicanos estavam cercados sem qualquer capacidade de manobra. No mar, o cruzador D. Carlos bastava para neutralizar os dois navios rebeldes, o São Rafael e o Adamastor» (14).

Os grupos civis saíram à rua, procurando controlar e impedir, em especial no centro da cidade, o movimento das tropas, e, particularmente, a acção da Guarda Municipal. Na «Baixa», um dos pontos de controlo civil era «entre a Rua do Socorro e a Rua da Palma, com a missão de barrar o caminho à Guarda Municipal, dispondo-se vários grupos desde o arco do Marquês do Alegrete até ao Intendente» (15). Noutros pontos da cidade, a acção destes grupos civis assumiu uma grande importância, especialmente nos ataques à bomba a colunas da Guarda Municipal ou a tropas em trânsito, como em Alcântara em que atacaram a Cavalaria 4, de tal modo que esta, apanhada nas ruas estreitas, não se pode defender. Outra das acções traduziu-se na construção de um sistema de comunicação entre os focos rebeldes. Esta acção pela cidade, assumiu um papel decisivo no desenrolar dos acontecimentos. Pulido Valente assinala de modo especial o papel da Carbonária. Esta dominava nas ruas, aproveitando o máximo de liberdade de movimentos bombardeando unidades militares em trânsito, quase impedindo o Alto Comando de deslocar tropas; isolou o Quartel

(12) Carlos Ferrão, *ob. cit.*

(13) V. Pulido Valente, *idem*; Jacinto Baptista, *Um Jornal na Revolução*, Lisboa, 1966; Machado dos Santos, *A Revolução Portuguesa, 1907-1910*, Lisboa, 1985.

(14) V. Pulido Valente, *ob. cit.*

(15) José de Carvalho, *Antes e depois da República. Memórias de um Revolucionário Civil*, Lisboa, 1911, p. 14.

Revolução Republicana de 1910

General, privando-o de informações seguras; estabeleceu comunicações regulares entre os três núcleos rebeldes (Rotunda, Quartel de Marinheiros e Artilharia 1) permitindo-lhes coordenar movimentos, e mobilizou a população para a luta ⁽¹⁶⁾.

Já então, Lisboa estava cercada pelo poder republicano vitorioso. Nos concelhos à volta de Lisboa tinham-se sucedido actos revolucionários sendo os republicanos vitoriosos entre outros em Loures, Almada, Barreiro, Aldea Galega, Setúbal. Este cerco à capital, por focos revolucionários foi por seu turno muito importante no controlo das comunicações e na dissuasão de eventuais tentativas de socorro por parte das forças leais à monarquia.

Em Lisboa, durante o dia 4, a acção militar ficou circunscrita a dois eixos. Um em terra, cujos focos eram a Rotunda, dominada pelos rebeldes e o Rossio e Terreiro do Paço, ocupados pelas forças realistas. De permeio a Avenida, espaço de confronto. Outro, o rio, onde a situação não era melhor para os revolucionários, pois arrastava-se uma situação indefinida. O cruzador D. Carlos mantinha-se controlado pelos monárquicos, embora fora de acção, assim como as tropas do Arsenal da Marinha. Os dois cruzadores sublevados tinham os movimentos tolhidos e o Quartel de Marinheiros, em Alcântara, estava cercado por Infantaria 2.

Um conjunto de decisões do Alto Comando para resolver a situação a seu favor desencadeou movimentos de tropas que vieram a alterar esta situação. A decisão de atacar as posições da Rotunda, onde um grupo de militares e civis, comandados por Machado dos Santos se defendia, procurando anular, com este movimento de tropas, o foco mais combativo da revolta. Este ataque devia ser lançado de dois pontos opostos: do lado sul, pelos regimentos do Rossio e por peças de artilharia colocadas no Thorel e S. Pedro de Alcântara; do norte, pelas baterias de Queluz, sob o comando de Paiva Couceiro, por Lanceiros 2 e Infantaria 2. Assim, as forças do norte iniciaram uma longa marcha através dos subúrbios para irem tomar posição no alto da Penitenciária. A acção civil que dominava nas ruas levou a achar necessário este percurso «envolvente» da cidade, pois temia-se sorte idêntica à da Cavalaria 4 em Alcântara. Neste movimento gastou-se demasiado tempo e não teve a eficácia esperada, já que a posição escolhida ficava ao alcance dos canhões republicanos de Artilharia 1 e das forças da Rotunda. No confronto as forças republicanas obrigaram as tropas monárquicas a debandar. A posição da Rotunda, com este sucesso fortalecia-se, apesar de

D V. Pulido Valente, *ob. cit.* p. 28.

Revoltas e Revoluções

ser alvo do fogo de artilharia a partir do Thorel e de S. Pedro de Alcântara.

No rio, cercado o Quartel de Marinheiros, os navios São Rafael e Adamastor procuraram por seu turno romper a situação paralizante. Neste sentido, rumaram a oeste, e tomaram posição de ataque, visando o Palácio Real. O bombardeamento do Palácio das Necessidades, além de causar alguns estragos no edifício, obrigou à fuga do rei. Um novo ânimo nas hostes republicanas quando a notícia circulou. Em seguida, foram em apoio do Quartel de Marinheiros, embarcando a guarnição, dirigindo-se depois, «já com uma considerável capacidade de intervenção em terra, para o Terreiro do Paço, ancorando na retaguarda das unidades que ocupavam o Rossio» (17).

Ao anoitecer do dia 4 de Outubro, a situação dos revolucionários republicanos melhorara radicalmente. As tropas fiéis à monarquia estavam encurraladas no Rossio, entre o São Rafael e o Adamastor, no rio, Machado dos Santos, na Rotunda e a Carbonária, nas ruas circundantes. Por esta altura, o cruzador D. Carlos caiu finalmente em poder dos republicanos. Caíra também uma das últimas esperanças das forças monárquicas. O desânimo e a descrença instalou-se nas tropas, começando a aumentar as deserções. Resistir começou a deixar de ter sentido, já que só muito poucos se empenhavam decididamente pela Monarquia. A Monarquia abeirava-se do fim porque não tinha ninguém que lutasse por ela (18). Até que, na manhã de 5 de Outubro, um acontecimento fortuito, por causa de uma trégua, bem explorado por Machado dos Santos, decidiu finalmente a vitória das forças republicanas. A Avenida, de campo de confronto, transforma-se em «passeio» de aclamação da vitória republicana (19).

4.....*Aos espaços da revolução*

O desenrolar da acção revolucionária de Outubro de 1910, que implantou a República em Portugal, revela-nos várias imagens de Lisboa. Essas imagens poderíamos sistematizá-las em três planos, utilizando as delimitações conceptuais definidas anteriormente: * (**)

(17) V. Pulido Valente, *ob. cit.*, p. 131.

(**) Teixeira de Sousa, *Para a História da Revolução*, Coimbra, 1912.

(19) «No meio da Avenida, o Povo entusiasmado arranca-me de cima do cavalo e levou-me ao colo até às portas do Quartel General de S. Domingos». Machado dos Santos, *A Revolução Portuguesa, 1907^1910*, 1982, p. 90.

Revolução Republicana de 1910

- a) os espaços de acção
- b) a representação dos espaços
- c) os espaços de representação

Os espaços de acção poderão ser lidos segundo duas ordens de ideias, uma acção organizada segundo um plano estratégico global para a cidade e uma acção local cujas formas de organização surgem mais diluídas e mais pontuais.

A primeira é de ordem militar e política onde a componente militar é preponderante e caracterizada por uma organização. As tropas ficaria o enquadramento militar armado e aos grupos civis, as formas de apoio, abastecimento e comunicação (20).

Os espaços privilegiados são as ruas largas, por isso as mais largas, adequadas a uma tecnologia de combate mais de acordo com um alcance mais vasto. Procura de controlo do centro e dos grandes eixos de circulação (rio e Avenidas), pelo domínio de pontos estratégicos. O movimento de tropas fazia-se preferencialmente em espaços abertos.

O segundo é de ordem civil, cuja organização é mais desarticulada e pontual, recorrendo a acções de combate de rua em que o confronto directo era evitado. Os espaços mais seguros e eficazes são as ruas dos bairros populares e da Baixa, de preferência espaços fechados e conhecidos. É revelador disso o facto de que o maior número de vítimas civis tenham ocorrido em espaços abertos, Rossio e Avenida da Liberdade.

Esta oposição entre dois tipos de espaços permite-nos propor uma tipologia de espaços, os quais se relacionam com as formas de percepção e também isso com as estratégias de cada grupo em acção.

De um lado, a conjugação da acção revolucionária entre rio/terra, com preponderância para a acção de terra. Lisboa estava, naquela época, a virar as costas ao rio e a área urbana expandia-se terra adentro. De outro, uma oposição entre cidade velha/cidade nova, que se relaciona com a oposição fechado/aberto e as formas correlativas de conhecimento do espaço.

Esta representação dos espaços define-se pois pelo desenho dos novos arruamentos, isto é, refere-se, às técnicas de construção e pelo dispositivo de organização militar. Este último aspecto diz respeito às técnicas de controlo, isto é, às tecno-

C^o) C. Ferrão (org.), *Relatórios sobre o 5 de Outubro*, Lisboa, 1978; *Implantação da República. Serviço de Campanha. Relatório apresentado pelo Ten. Fernando Mauro d'Assumpção Carmo* (Publicado neste volume da *Revista de História das Ideias*).

Revoltas e Revoluções

logias de guerra (guerras convencionais, guerras civis, revoltas populares, etc.).

Deveremos ressaltar a coincidência entre os lugares preferenciais do confronto militar e as áreas da expansão moderna de Lisboa, correspondente ao crescimento da urbanização nas últimas décadas. Mais do que um reduto fortificado, ou um bairro com especificidades sociais, o lugar mitológico da revolução foi uma encruzilhada — a Rotunda.

Os espaços têm um valor real definido pelas práticas e pela definição das estratégias, mas têm além disso um valor simbólico, os espaços de representação. Tomar o poder significa pôr em cheque os lugares do poder, reconvertê-los ou substituí-los.

Os objectivos principais do plano da Revolução eram os lugares do poder. Um no centro, na «Baixa», focos do controlo militar (Quartel General) e policial (Guarda Municipal) e da administração política, o Terreiro do Paço, outro símbolo do poder a depor, o Palácio Real, no extremo ocidental da cidade. A um poder derrotado, sucede-se um poder aclamado, pelo que também o lugar da aclamação se torna simbólico. A Câmara Municipal assume neste caso o carácter popular, republicano, antiaristocrático da revolução.

Mas para além dos lugares relativos ao poder, a Revolução do 5 de Outubro criou um outro lugar simbólico, objecto de polémicas de estratégia militar, mas acima de todos o referente mitológico da Implantação da República: a Rotunda ⁽²¹⁾.

A Rotunda congrega três aspectos que nos parece importante sublinhar. Primeiro, nó principal da nova extensão de Lisboa, empreendida nas últimas décadas do séc. XIX, símbolo da modernidade, «servida» pela imagem das reformas urbanas de Paris. Por outro lado, lugar defensivo, lugar «refúgio» de uma revolução inicialmente fracassada, tornado lugar de ataque e de domínio militar. Por fim lugar simbólico, da resistência e da vitória republicana, em suma, lugar mítico da revolução de 5 de Outubro de 1910.

⁽²¹⁾ «A Rotunda, pela sua posição e pelas suas condições estratégicas ou supostamente havidas como tal, tem sido desde 1910, o foco e o fulcro de todas as revoluções». (João Paulo Freire, *Lisboa do Meu Tempo e do Passado*, 2.º vol., p. 452, cit. por Jacinto Baptista, *O cinco de Outubro*, p. 202).